

# RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO NA MEMÓRIA DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Adriana Maria Ribeiro, doutoranda em História pela UFRRJ.  
E-mail [adrianamariaribeiro@ig.com.br](mailto:adrianamariaribeiro@ig.com.br)

## Resumo

Esta comunicação tem o objetivo de apontar aspectos presentes no debate sobre o papel de resistência atribuído aos grupos da esquerda revolucionária no Brasil, no que se refere às práticas de combate à ditadura militar, em especial as ações armadas efetuadas por esses grupos. Nesse debate, destacam-se as interpretações propostas pelos pesquisadores Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti, as quais desde os anos 1990 marcam as reflexões em torno do tema.

**Palavras-chave:** esquerda, memória, resistência, ditadura militar.

## Abstract

This paper aims to point out aspects present in the debate on the resistance role attributed to the revolutionary left groups in Brazil, with regard to the practices of fighting the military dictatorship, especially the armed actions carried out by these groups. In this debate, interpretations proposals stand out by researchers Daniel Aarão Reis Filho and Marcelo Ridenti, which since the 1990s mark the reflections on the theme.

**Keywords:** left, memory, strength, military dictatorship.

## Introdução

Desde o início dos anos 1990, têm sido travados importantes debates sobre a memória das lutas sociais contra o regime militar, nos quais o papel de resistência desempenhado pelos grupos da esquerda revolucionária contra a ditadura aparece como um dos pontos principais. Nos estudos acadêmicos, diferentes opiniões polarizam o tema, entre elas a interpretação de que no contexto de luta pela anistia construiu-se uma versão de história e de memória que tendeu, equivocadamente, a integrar os grupos revolucionários na chamada *resistência democrática*. Essa interpretação foi inicialmente proposta pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, para quem o equívoco encontra-se na mudança dos significados das ações desses grupos, cujo projeto político era implantar o socialismo, não protagonizar a luta contra a ditadura ou a defesa dos ideais democráticos (REIS FILHO, 2004).

Em contraposição às ideias de Reis Filho, o sociólogo Marcelo Ridenti propõe que as ações da esquerda revolucionária sejam compreendidas fundamentalmente como ações em resistência à ditadura, uma vez que tiveram início e ocorreram na

vigência do regime militar, devendo por essa razão serem interpretadas dentro do quadro concreto de lutas contra aquele regime, ainda que o projeto político daqueles grupos não se restringisse a derrubá-lo (RIDENTI, 2007).

Essas correntes interpretativas, além de influenciarem a produção acadêmica sobre a trajetória da esquerda revolucionária, trazem à tona elementos que possibilitam refletir sobre o processo de construção das memórias dessa esquerda. Motivada por esse debate, esta comunicação tem o objetivo de pontuar alguns aspectos que permitam observar em que medida as ações armadas de esquerda no Brasil podem ser compreendidas enquanto ações em resistência à ditadura.

### **A esquerda revolucionária brasileira**

A esquerda revolucionária no Brasil surgiu no início dos anos 1960, com a criação de partidos e de organizações clandestinos, nascidos em oposição à linha política do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Naquele momento, as principais críticas ao PCB diziam respeito à sua política conciliatória com os setores das elites econômicas nacionais e à defesa de um caminho pacífico para a revolução brasileira.

Sobre a formação da esquerda revolucionária, é importante mencionar que ela ocorre em um contexto internacional marcado por revoluções vitoriosas, em especial a Revolução Cubana em 1959 e a Revolução Argelina em 1962, além da retomada das lutas de libertação nacional no Vietnã desde 1960, e o crescente movimento de internacionalização das ideias maoístas nesse mesmo período. Nesse cenário, emergiram em diversos países ocidentais movimentos, partidos e organizações cujo objetivo era propor práticas sociais e políticas que rompessem com os valores capitalistas. Os novos grupos assumiram características distintas, que variaram conforme a cultura nacional, mas possuíam em comum a busca pela transformação radical da sociedade e a oposição às linhas políticas defendidas pelos partidos comunistas e socialistas tradicionais.

No caso brasileiro, os novos agrupamentos empenharam bandeiras pelo fim da exploração social e da dominação do capital internacional e pela construção de uma sociedade socialista. Apesar das distintas influências de vertentes do comunismo internacional (em especial o *foquismo* e o *maoísmo*), das divergências sobre o caráter da revolução (nacional-democrática ou socialista), das táticas de luta (*foco guerrilheiro* ou *guerra popular*), e do tipo de estrutura da organização (partidos

ou comandos guerrilheiros), todas as organizações priorizaram a ação armada e viram-se como vanguarda da revolução. Os grupos ainda tinham em comum a proposição de iniciar a revolução pelo campo, embora previssem a participação de operários no processo revolucionário.

Diferente de outras experiências vivenciadas na América Latina nos anos 1960 e 1970, nas quais as ações armadas de esquerda antecederam a ocorrência de golpes militares e da implantação de ditaduras, no Brasil esse tipo de ação teve origem após o Golpe de 1964 e atingiu seu ponto máximo entre 1968 e 1971. As ações armadas ocorreram majoritariamente nos centros urbanos, nos quais os grupos guerrilheiros empreenderam ações de expropriação, como assaltos a bancos e a depósitos de armas. Ademais, na concepção da maioria dos grupos, as ações armadas urbanas seriam uma tática para desorganizar as forças repressivas, pois se suponha que ao mantê-las ocupadas nas cidades, impediriam seu deslocamento para reprimir as guerrilhas iniciadas no campo. No entanto, entre os grupos revolucionários apenas o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) conseguiu levar a luta armada para o campo, através da experiência conhecida como Guerrilha do Araguaia, na qual militantes travaram combates com o Exército no sul do Pará.

Com o Ato Institucional 5 decretado em dezembro de 1968, que recrudesciu ainda mais o regime militar, as organizações intensificaram as ações armadas, que a partir daquele momento assumiram declaradamente o caráter de luta contra a ditadura.

### **É possível falar em resistência?**

Um importante aspecto do debate sobre a memória das organizações revolucionárias passa pelo significado do termo *resistência*. A fim de afirmar o caráter de resistência presente nas práticas das organizações, o pesquisador Marcelo Ridenti adotou como referencial um conceito bastante difundido nas Ciências Sociais, a partir do qual o termo é entendido como o conjunto dos movimentos ou das diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, contra as ocupações nazifascistas. Com base nessa abordagem, o autor aproximou as ações dos grupos guerrilheiros no Brasil após 1964 às da resistência armada comunista ao fascismo italiano, que em sua dimensão histórica travou, ao mesmo tempo, luta contra o Totalitarismo e pela construção de uma sociedade socialista (RIDENTI, 2004).

Com relação às formas de resistência passiva e ativa, vale mencionar que a primeira se limita às ações de não colaboração, por exemplo as sabotagens, enquanto a segunda caracteriza-se pelo confronto direto com o inimigo a fim de desmoralizá-lo ou enfraquecê-lo, sendo as ações armadas sua manifestação máxima (BOBBIO et al., 1999).

Partindo dessa perspectiva, Ridenti sustenta que as ações armadas de esquerda no Brasil constituíram o polo mais extremado no combate à ditadura, cujos objetivos iriam além da derrubada do regime, uma vez que visavam o fim da exploração de classe e a conquista do socialismo, caracterizando-se, desse modo, em *resistência libertária* (RIDENTI, 2010).

Outra perspectiva sobre o papel de resistência atribuído aos grupos revolucionários tem como referencial as ideias de Reis Filho, segundo as quais as organizações não eram defensoras da democracia como regime político, pois suas práticas eram essencialmente vinculadas a um projeto revolucionário de transformação radical da sociedade, não sendo possível, por essa razão, enquadrá-las no campo da *resistência democrática*. Segundo o autor, a atribuição desse papel aos grupos revolucionários seria fruto de uma construção de memória no final dos 1970 que, ao atender a interesses específicos, entre eles os dos partidários da anistia, contribuiu para forjar uma visão equivocada desses grupos ao apresentá-los como parte da *resistência democrática*, apagando seu caráter ofensivo e revolucionário (REIS FILHO, 2000).

Ainda de acordo com Reis Filho, essa versão de memória teria encontrado seus primeiros referenciais durante o processo de autocritica em relação à tática de luta armada feito pelas organizações e seus militantes. Em sua concepção, no início dos anos 1970, enquanto a maioria dos grupos revolucionários era aniquilada pela repressão, no exílio e no Brasil crescia um profundo movimento de crítica das avaliações, estratégias e métodos desses grupos. A partir de então, foram lançadas as bases para que durante a luta pela anistia a ofensiva contra a ditadura, com o objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, fosse transformada em *resistência democrática* (REIS FILHO, 2000).

Seguindo essa trilha, Denise Rollemberg analisou a questão sugerindo um paralelo entre os processos de construção de memória da Resistência Francesa e da esquerda revolucionária no Brasil. Apoiada na tese de que durante a Libertação da França em 1944 construiu-se uma “honra inventada” para legitimar as ações da

Resistência, que reunira grupos de posicionamentos político-ideológicos opostos em defesa da Democracia, afirma que, em 1979 e na década de 1980 no Brasil, também se inventou uma *honra nacional* assentada no *mito da resistência democrática*, da qual as esquerdas, isoladas e vencidas, participaram (ROLLEMBERG, 2009).

Nessa corrente interpretativa chama à atenção a generalização dos processos de construção da memória, a partir da qual transmite-se a ideia de que a versão da *resistência democrática* se tornou hegemônica. Esse tipo de interpretação também faz supor que essa versão de memória foi imposta (ou aceita) de modo homogêneo pelos membros das organizações, que teriam recriado seu passado a fim de forjarem uma identidade que pudesse ser valorizada e legitimada pela sociedade no curso da democratização do país. Entendida como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado, “a memória, nesse caso, é vista como tentativa de definir ou de reforçar sentimentos de pertencimento entre diferentes coletividades sociais, cuja referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos que compõem a sociedade” (POLLAK, 1989, p. 7).

Em contraposição às ideias defendidas por Reis Filho, Ridenti sugere a retirada do adjetivo “democrática” do termo resistência para referir-se às práticas dos grupos revolucionários. Sobre esse aspecto, ressalta que embora a expressão “democracia” e seus correlatos estejam presentes nos documentos políticos das organizações, eles não possuem relação com a democracia de sentido liberal ou burguesa. No caso das organizações, os termos referem-se à defesa de uma democracia popular liderada por operários e camponeses, associada à construção do socialismo (RIDENTI, 2004).

Outro contraponto importante às interpretações de Reis Filho passa pela análise das memórias individuais de militantes, registradas em depoimentos e autobiografias. Analisadas em conjunto, essas narrativas podem revelar uma memória comum acerca das experiências vividas, na qual a participação nas ações armadas aparece frequentemente valorizada e concebida enquanto ações em resistência à ditadura e inerentes ao projeto revolucionário socialista. A esse respeito, citamos o documentário *Setenta*, o qual apresenta um amplo e diversificado conjunto de testemunhos de militantes, os quais remetem às memórias da esquerda revolucionária no combate à ditadura. Entre os depoimentos, está o de frei Oswaldo, que ao referir-se ao engajamento dos freis dominicanos na luta contra o regime militar afirmou que quando fizeram a opção de apoiar as ações da ALN, a

análise dos militantes foi a de que, num país ocupado pelas armas, não havia outra solução que não o apelo às armas (SETENTA, 2014). A fala do religioso ilustra como os testemunhos podem fornecer pistas das motivações do uso da violência política por militantes de esquerda nos anos 1960 e 1970 no Brasil, ao sinalizar que as ações armadas dos grupos revolucionários e o apoio a elas seriam uma reação à ditadura.

Portanto, embora as ações armadas não visassem o fim do regime militar com a intenção de restaurar a ordem democrática vigente antes de 1964, elas assumiram a dimensão de resistência. Resistência não só à ditadura, mas à continuidade de um modelo econômico e social baseado na exploração e na dominação de classes. Por almejar “libertar” a sociedade desse modelo, assegurado pela existência de um regime político autoritário, a luta dos grupos revolucionários pode ser interpretada enquanto resistência em sentido libertário.

### **Considerações finais**

É fato que as ações da esquerda revolucionária, entre elas os sequestros de diplomatas e as ações de expropriação, desmoralizaram publicamente os governos militares e contribuíram no combate ao regime militar. Quanto ao projeto de construção do socialismo defendido pelas organizações, as ações armadas urbanas e a guerrilha rural levada a cabo pelo PCdoB não mobilizaram as *massas* para a luta revolucionária ou conquistaram expressivo apoio popular. As razões pelas quais isso ocorreu ainda precisam ser melhores analisadas e poderão contribuir, inclusive, para explicar porque as ações armadas contra a ditadura não são lembradas pela maioria da sociedade.

Diferente do que ocorre Argentina, onde a memória social tem sido permeada pela herança da última ditadura militar e pela luta em defesa dos direitos humanos, no Brasil a memória das lutas contra a ditadura parece não sensibilizar boa parte da população. Esse último fato pode ser notado, por exemplo, na pequena participação da sociedade nos debates e nas manifestações públicas em defesa da reparação dos crimes e arbítrios cometidos durante o regime militar brasileiro.

Vale lembrar que no Brasil as memórias das organizações e dos sujeitos que combateram a ditadura começaram a ser forjadas durante o processo de democratização, cujos limites precisam ser considerados na construção pública desses sujeitos. Também não podemos esquecer que nos processos de constituição

da memória há uma incessante disputa pelas referências do passado, as quais são constantemente tecidas e reatualizadas conforme as demandas do presente (HALBWACHS, 2006). No que se refere à trajetória da esquerda revolucionária brasileira suas práticas políticas sugerem, ao mesmo tempo, os objetivos de combater à ditadura e o de implantar o socialismo. Nesse sentido, resistência e revolução seriam faces de uma mesma moeda, porque apesar de apresentarem aspectos distintos, são essências da identidade e da memória dessa esquerda.

## Referências

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília, UnB, 1999. v. 2.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. Ditadura e sociedade, as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto (Orgs.). **O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EdUSC, 2004.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto (Orgs.). **O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EdUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdades: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 2.

SETENTA. Direção de Emília Silveira. [Rio de Janeiro?]: Livres Filmes, 2014. (96 min).